

A desvalorização da força de trabalho feminina na produção têxtil: apontamentos a partir da comunicação e da teoria da reprodução social¹

Mayra Castro Vizentin²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O artigo pretende refletir quais as contribuições possíveis que os debates feministas sobre a teoria da reprodução social podem oferecer para a compreensão das motivações sociais e políticas, para além das econômicas, da desvalorização da força de trabalho das mulheres subcontratadas no contexto das cadeias de produção têxtil. Esse questionamento parte do entendimento de que há uma continuidade da desvalorização do trabalho na esfera da reprodução social para o trabalho produtivo informal realizado nos setores industriais mais precários. Conclui-se que o trabalho informal realizado em domicílio pelas costureiras é uma continuidade do trabalho de reprodução social, o que justificaria sua feminização, e que a comunicação, enquanto atividade de trabalho, contribui para esse fenômeno, quando permite a manutenção da sua feminização, perpetuando papéis de gênero.

Palavras-chave: trabalho; comunicação; gênero; indústria têxtil; reprodução social

Desde o grande salto do capitalismo dado pela globalização da produção e do consumo, muitos debates sobre o modelo de produção têxtil conhecido como fast-fashion foram feitos. Debates que giram em torno de como este modelo, criado sob o jugo da democratização da moda, é insustentável do ponto de vista ambiental e do trabalho humano, uma vez que ele é realizado com base na grande reprodutibilidade, baixa qualidade e, essencialmente, em baixíssimos custos, tanto da força de trabalho, quanto da mercadoria. Logo, nessa lógica, a mercadoria quase não tem durabilidade e a sua produção se caracteriza, quase sempre, pela diversidade de produtos e sazonalidade.

Como em todas as cadeias globais de produção e manufatura, tanto a produção das matérias primas, quanto o trabalho industrial mais precário são realizados em países subdesenvolvidos, onde a força de trabalho é mais barata e a fiscalização e a legislação trabalhistas são mais flexíveis. Já a gestão financeira é feita por empresas sediadas em países ricos, onde também ficam a maior parte dos ganhos. Este é o caso, por exemplo, da espanhola Zara, da sueca Hennes & Mauritz (H&M) e da britânica C&A. No caso de

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Trabalho, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, email: mayracastrov@usp.br

empresas nacionais, como por exemplo a Pernambucanas, essa distribuição é feita entre os centros financeiros e as regiões periféricas. Em toda a cadeia têxtil, desde a produção de matéria prima até a confecção, o trabalho é realizado em sua maioria por mulheres, migrantes e negros. Isso se deve também ao fato de que o crescimento da força de trabalho feminina estar vinculado a postos de trabalho precarizados e em regimes informais *part-time* (ANTUNES, 2009) em domicílio.

Sabe-se que a comunicação desempenha papel central no desenvolvimento e manutenção destas estruturas produtivas, uma vez que os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) possibilitaram maior capacidade de troca de informações e de transmissão de dados entre setores da produção distantes geograficamente (OLIVEIRA, 2014). No caso do setor de confecção da indústria têxtil, especificamente nos elos informais de produção, a comunicação, em seu sentido mais amplo, entendida como atividade humana, é meio estruturante também porque facilita a construção de redes informais para a subcontratação e de troca de saberes, ou seja, contribui na formação e manutenção de rede sociotécnicas, bem como no ensinamento da profissão.

Tal entendimento parte dos estudos do binômio Comunicação e Trabalho (FIGARO, 2001; 2008) que compreende a atividade de trabalho e de comunicação como categorias ontológicas do Ser social (LUKÁCS). Assim, é nas atividades de comunicação e trabalho que o Ser social se constrói material e subjetivamente, sendo a comunicação, ao lado da política e da cultura, lugar de mediação onde se relacionam as lógicas de produção e consumo e formatos industriais (LOPES, 2014). Uma abordagem que parte primordialmente dos conceitos de Marx (2007; 2014) sobre a centralidade da exploração do trabalho humano para a organização da produção no capitalismo. Por isso é que, ao reivindicar a centralidade do trabalho em um lugar de disputa da ideologia hegemônica que advoga por sua finitude (ANTUNES, 2009), é possível olhar para o trabalho como alienante e explorador, mas também, a partir da concepção ontológica, como espaço de resistência e de linguagem/comunicação, ou seja, de interação social.

Dessa forma, o cotidiano de trabalho das trabalhadoras das pontas da cadeia de produção têxtil, especialmente aqueles realizados em contexto doméstico e/ou em domicílio, é fonte reveladora das disputas sociais que envolvem interações entre classe, raça e gênero. Nesse sentido, ao problematizar as mulheres trabalhadoras subcontratadas que,

por razões que passam pela construção dos papéis sociais de gênero, optam por realizar o trabalho em casa, é impossível fazê-lo sem trazer à tona os debates feministas sobre a divisão sexual do trabalho (HIRATA, KERGOAT, 2009) e do trabalho de reprodução social, ou seja, sem pensar em aspectos que envolvem a reprodução da vida cotidiana da classe trabalhadora, e seu papel na produção do capital. Ou ainda sem considerar o processo de semiproletarização ao qual estão submetidas estas mulheres, ainda mais forte no neoliberalismo, utilizada como “uma estratégia de acumulação ao expulsar bilhões de pessoas da economia oficial, levando-as para zonas cinzentas de informalidade das quais o capital extrai valor” (FRASER, 2020, p. 36). Nesse sentido, vale ressaltar que a inter-relação entre o trabalho a domicílio e a empregabilidade feminina não pode ser avaliada somente a partir dos fatores econômicos que a favorecem, mas é preciso refletir também sobre os fatores socioculturais que beneficiam o trabalho em domicílio e a sua feminização (ABREU, 1986), e é nesse aspecto que se espera que os estudos feministas possam contribuir.

Desse modo, pretendemos refletir quais as contribuições possíveis que os debates feministas sobre a teoria da reprodução social podem oferecer para a compreensão das motivações sociais e políticas, para além das econômicas, da desvalorização da força de trabalho das mulheres subcontratadas no contexto das cadeias de produção têxtil. Esse questionamento parte do entendimento de que há uma continuidade da desvalorização do trabalho na esfera da reprodução social e do trabalho produtivo informal realizado nos setores industriais mais precários (FEDERECI, 2021). Ponto que ajuda a justificar a necessidade de avaliar a condição de invisibilidade da costureira doméstica enquanto trabalhadoras, força de trabalho que mantém a acumulação do capital na indústria têxtil, ainda que fora do contexto fabril, bem como a sua invisibilidade enquanto sujeito histórico político, entendendo que tanto o trabalho reprodutivo, quanto o trabalho produtivo informal se revezam na reprodução da vida e na produção de mercadorias para o consumo da força de trabalho (FEDERICI, 2021).

Busca-se ainda contribuir para a construção do contexto sob o qual se pretende ancorar a Análise do Discurso da pesquisa de mestrado em andamento³, enquanto

³ Pesquisa de mestrado intitulada *Estudos de Recepção em um dos elos da cadeia de produção têxtil: os sentidos do trabalho para as trabalhadoras subcontratadas* que se está desenvolvendo no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo sob orientação da Profa. Dra. Roseli Figaro.

metodologia que busca revelar as disputadas ideológicas na linguagem. Os discursos das costureiras informais que realizam trabalhos em domicílio é objeto empírico da referida pesquisa. Para isso, utiliza-se a metodologia da revisão teórico-bibliográfica fundamentada nos estudos feministas marxistas que avançam para a Teoria da Reprodução Social, tendo como expoente a teórica italiana Silvia Federici (2021), abordando também as teorias críticas do capitalismo e suas crises, entre elas a crise do cuidado (FRASER & JAEGGI, 2020). São úteis, ainda, as atualizações sobre os debates acerca da divisão sexual do trabalho, neste caso utilizando como referência as produções de Helena Hirata, bem como os próprios conceitos de Marx sobre exploração do trabalho e os debates sobre os sentidos do trabalho realizados por Ricardo Antunes.

O sexo social e a raça na ampliação do conceito de trabalho

As críticas desenvolvidas por correntes teóricas do feminismo sobre os limites do conceito de trabalho em Marx, baseadas em extensas análises da obra do autor, assim como em toda a extensão de indicadores produzidos pela sociologia do trabalho, mostram que estas produções estão baseadas em uma compreensão assexuada de trabalho. São as teóricas feministas que, a partir dos anos de 1970, começam a questionar amplamente esse modelo e passam a problematizar esse enquadramento, a partir divisão sexual do trabalho. “Tratava-se de re-conceituar o trabalho, pela inclusão neste conceito: 1) do sexo social (do gênero); 2) do trabalho doméstico. Ele é assim ampliado ao trabalho não assalariado, não remunerado, não mercantil, no trabalho informal” (HIRATA, KERGOAT, 2008, p.44).

À vista disso, a introdução da variável do sexo social (gênero) na análise da atividade de trabalho possibilitou a abertura de novos caminhos e tornou possível olhar para o mundo do trabalho de forma a perceber que há certos tipos de atividades que são realizadas majoritariamente desempenhadas por mulheres “que se apoiaram sobre as conceitualizações anteriores do trabalho doméstico” (HIRATA, KERGOAT, 2008, p.45). A partir deste entendimento, então, o conceito trabalho passa a ser ampliado para o trabalho não-remunerado, não assalariado, não fabril e para o trabalho informal. As atualizações sobre como se configura a classe-trabalhadora desenvolvidas por Antunes no contexto do capitalismo moderno aponta que esta é, crescentemente, composta por mulheres terceirizadas, “que são parte constitutiva central do mundo do trabalho” (2009, p. 107”).

Logo, “o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho (ANTUNES, 2009, p. 109)”

Avançando nos debates sobre a divisão sexual do trabalho, a divisão entre produção e reprodução marcada por gênero passa a ser apontada com a estrutura profunda fundamental da sociedade capitalista. Sendo entendida por reprodução todo o trabalho relacionado à reprodução social da força de trabalho, desde a concepção ao cuidado e à educação. Deste modo, para Nancy Fraser, a reprodução social é mais ampla, pois “abarca a criação, a socialização e a subjetivação de seres humanos de modo mais geral, em todos os aspectos” (2020, p. 48).

A relação entre produção e reprodução perpassa todas as relações e violências baseadas nas assimetrias de gênero, e faz as mulheres subordinadas inclusive aos homens da classe trabalhadora. Isso porque o trabalho de reprodução sustenta o trabalho produtivo, sendo então pré-condição para a existência da força de trabalho e para a produção de mercadorias. Dessa forma, Fraser afirma que “assim como a ‘acumulação original’, portanto, a reprodução social é uma condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista” (p. 46).

Para Federici (2021), a centralidade do trabalho reprodutivo para a acumulação do Capital

faz emergir a questão de como seria uma história do desenvolvimento capitalista se observada não do ponto de vista da formação do proletariado assalariado, mas do ponto de vista de cozinhas e quartos em que a força de trabalho é produzida em termos diários e geracionais (p. 82).

Como condição de fundo do capitalismo, parte do “plano não-econômico”, a divisão entre reprodução social e produção é por essa forma de organização social – o capitalismo - institucionalizada. “Diferentemente do que ocorria em sociedade anteriores, o capitalismo instituiu uma divisão entre reprodução social e produção de mercadorias. A separação entre elas é fundamental ao capitalismo – é, de fato, um artefato dele” (FRASER, 2021, p. 49).

Pensando no contexto brasileiro de desenvolvimento do capitalismo, baseado na exploração da força de trabalho negra escravizada por mais de três séculos, se faz ainda mais fundamental expandir o conceito de trabalho para além do trabalho livre considerado por Marx, sobretudo quando se está realizando uma análise que trata da divisão sexual do

trabalho e da relação entre o trabalho reprodutivo e produtivo. É preciso, nesse sentido, considerar que existe também uma divisão racial do trabalho. Dessa forma, “não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça-classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALEZ, 2020, p. 56). Se, como afirma Antunes, a inclusão da força de trabalho feminina nos setores produtivos se dá via terceirização e informalidade, essa realidade é ainda mais cruel quando se faz um recorte racial, uma vez que as mulheres racializadas (negras e indígenas) têm menos acesso à escolaridade e ocupam a maioria dos postos de trabalho de serviços pessoais, relacionados o trabalho remunerado de cuidado, como é caso das trabalhadoras domésticas. Do ponto da perspectiva de classe, faz-se importante compreender que a mulher negra ainda está subordinada à mulher branca da classe trabalhadora. Segundo Lélia Gonzalez (2020), “o processo de seleção racial favorece muito mais a operária branca ou ‘morena’ do que a negra” (p. 57).

Em seu texto “Marx, feminismo e a constituição dos comuns”, Silvia Federici (2021), ao debater as limitações do conceito de trabalho nas obras de Marx, reivindica a importância de colocar a reprodução da força de trabalho no centro do capitalismo de forma a dar visibilidade a uma série de relações sociais outrora invisibilizadas pelo autor. O que revelaria que o trabalho não remunerado extraído pelo capital é maior do que se imaginou “entendendo-se tanto ao trabalho doméstico que se tem esperado que as mulheres realizem como à exploração de trabalhadores e trabalhadoras nas colônias periféricas do mundo” (FEDERICI, 2021, p. 101). Nesse ponto, entende-se que a exploração do trabalho não pago vai além dos trabalhos realizados no guarda-chuva do trabalho de reprodução social, ou seja, para autora

existe uma continuidade entre a desvalorização da reprodução da força de trabalho presente no lar a desvalorização do trabalho empregado nas muitas plantações que o capitalismo estabeleceu nas regiões colonizadas, bem como nas áreas centrais da indústria. Nos dois casos, as formas de trabalho e coerção envolvidas não foram apenas naturalizadas, mas ambas se tornaram parte de uma linha de montagem global desenhada para reduzir os custos de reprodução da mão de obra assalariada. (FEDERICI, 2021, p. 101)

Dada a continuidade da desvalorização do trabalho de reprodução social, os trabalhos realizados nas “muitas plantações” periféricas, assim como nas zonas centrais da indústria têxtil tem um fator em comum: são realizados majoritariamente por mulheres.

Ora, no caso do trabalho de reprodução social, este já era atribuído naturalmente as mulheres, mas o que se faz importante observar é que ele se estende para além do trabalho doméstico e de cuidado. Federici ressalta, ainda, que as formas de coerção são naturalizadas em ambos os casos. No entanto, algo importante a ser marcado é que tal continuidade da desvalorização se observa com mais frequência nos trabalhos produtivos relacionados a reduzir os custos da reprodução da mão de obra assalariada. A confecção de roupas feitas a partir do modelo *fast fashion*, sobretudo as mais baratas, aquelas que custam muito pouco para produzir, especialmente ao pagar salários de fome às costureiras (mulheres que ainda não puderem ser substituída por máquinas), que são vendidas a preços tão baixos quanto a sua durabilidade é um grande exemplo dessa continuidade da desvalorização e dessa cadeia global constituída para reduzir os custos de existência da força de trabalho assalariada. Assim, pode se dizer que essas trabalhadoras estão na fronteira onde a produção e a reprodução se encontram.

A feminização do trabalho de confecção

A indústria têxtil é a segunda maior empregadora no Brasil. Como já dito, desde o cultivo de algodão até a confecção de roupas realizadas em “fundos de quintais”, boa parte destes postos de trabalho são ocupado por mulheres. Segundo estudo do Centro de Direitos Humanos e Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV CeDHE), realizado com dados dos cinco estados com o maior número de vínculos no setor de vestuário do país - de acordo com os dados RAIS (2018) -, a mão de obra no setor de vestuário é predominantemente feminina, sendo que a confecção de vestuário é quase 90% feminina⁴. Impressiona também o número de pequenas e médias empresas no setor. Segundo associação empresarial do setor têxtil e de confecções apenas 110 empresas grandes do setor de varejo, certificadas pela Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX), concentram 26% de todo o mercado da moda. “Os outros 74% são o mercado informal ou o mercado de micro e pequenas empresas. Comércio individuais, vestuário, calçados ou redes pequenas e médias, regionais”.⁵

⁴ Confecção de vestuário no Brasil. Palinha #1

A série de infográficos do FGV CeDHE | Nov. 2020. Disponível em:

[https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30082/fact%20sheet%20da%20confec%C3%A7%C3%A3o%20de%20vestu%C3%A1rio%20\(1\).pdf?sequence=1](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/30082/fact%20sheet%20da%20confec%C3%A7%C3%A3o%20de%20vestu%C3%A1rio%20(1).pdf?sequence=1)

⁵ Mulheres na Confecção. Estudo sobre gênero e condições de trabalho na Indústria da Moda. Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS). Versão atualizada em 22/09/2022. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>

Sem a exigência de formação específica para o trabalho de costura, a indústria têxtil paulistana se desenvolveu e teve seu auge no fim do século passado e logo começou a se transformar. Das grandes empresas localizadas nos bairros industriais, o trabalho passou a ser realizado em domicílio de bairros periféricos ou ainda em oficinas de costuras subterrâneas que abrigam trabalhadores migrantes de países latinos como Bolívia e Peru sob condições de trabalho que exigem contínua vigilância por parte das autoridades públicas. O que mostra que a própria reestruturação produtiva do setor de confecções parece haver acentuado ainda mais as condições econômicas e estruturais da cadeia que favorecem o trabalho a domicílio. Segundo um diagnóstico feito pelo Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), ONU Mulheres e Ministério Público do Trabalho (MPT)⁶, “é observado um esvaziamento das grandes fábricas de confecção no país, que são substituídas pelo trabalho em pequenas oficinas ou em domicílio” (p.26).

De uma forma ou de outra, a precarização e a invisibilidade marcam a desvalorização do trabalho das costureiras enquanto saber que passa de geração em geração via comunicação oral, no trabalho cotidiano, tendo como critério de seleção a aptidão natural das mulheres para a realização da tarefa. A partir desse entendimento, se propõe olhar para o mundo do trabalho, transportado para o contexto doméstico - que transforma a cozinha, a sala ou o quintal de casa -, como espaço de vivência de trocas normas e prescrições, relacionadas com a produção industrial, mas onde, ao mesmo tempo, se constrói sociabilidade, troca de valores éticos e morais distintos.

A atividade de comunicação como perpetuação

Nesse sentido, a partir do binômio Comunicação e Trabalho, é possível analisar o trabalho enquanto atividade humana, onde se desenvolve linguagem e comunicação na medida em que o próprio sujeito social se constrói. “Entendemos o sujeito da comunicação como sujeito em atividade de trabalho” (FIGARO, 2008, p.9). Admitindo-se isso, recorre-se à linguagem como forma de analisar, estudar e compreender como a língua, construída no e para o trabalho, e que tem como função primordial a comunicação, é capaz de revelar aspectos fundamentais da luta de classes e da disputa hegemônica. “Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2015, p. 13). É pela linguagem também que se pode revelar quais aspectos sociais e políticos, para além

⁶ Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022-09-relatorio-mulheres-confeccao.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2023.

dos culturais, sustentam a desvalorização desse trabalho enquanto atividade produtiva, uma vez que ele é aqui entendido também como atividade reprodutiva e de cuidado.

Na análise que se pretende realizar na referida pesquisa de mestrado em andamento, compreender ideologicamente onde se formam os discursos das trabalhadoras de confecções que parte dessa continuidade da atividade de costura enquanto atividade de cuidado, que é aprendida e supostamente melhor realizada por mulheres, é fundamental uma vez que tal fenômeno será definido e observado a partir das falas das próprias trabalhadoras, em seus discursos, enquanto narram seu cotidiano. Isso porque, a partir da metodologia da Análise do Discurso, a formação discursiva se constitui no lugar de onde se fala, em qual formação ideológica se produz dado discurso. A ‘escolha’, portanto, por ouvir o que dizem sobre e no trabalho, se faz necessária porque “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as entregam” (ORLANDI, 2015, p. 13).

A Análise do Discurso será, nesse sentido, utilizada como forma de problematizar o papel da comunicação na revelação dos conflitos de classe, gênero e raça na atividade de trabalho dada a capacidade que os debates que se estabelecem na vida cotidiana têm de ressignificar a ideologia a partir da linguagem (ORLANDI, 2015) na percepção das origens desse processo de desvalorização. Assim sendo, cabe sublinhar que observar o lugar de trabalho, do ponto de vista da comunicação, propicia uma análise da vida cotidiana a partir de onde se estabelecem a produção material e a luta de classes. Dessa forma, “observar as relações de comunicação que garantem a existência do trabalho é considerar que os sujeitos produzem, além de um produto ou de um serviço, a comunicação em sociedade, ou seja, produzem a própria sociedade” (FIGARO, 2018, p. 181).

Exemplo disto é que, quando perguntadas por que, afinal, o trabalho de costura, indispensável à fabricação de roupas – sem a atividade o setor não existe –, as costureiras (durante as entrevistas realizadas no âmbito da mesma pesquisa) não sabem responder porque seu trabalho é tão mal pago. Do ponto de vista teórico, imagina-se para isso algumas hipóteses, como naturalização da aptidão das mulheres para o trabalho delicado; a convivência doméstica maior com as mães, que escolhem ensinar as filhas mulheres o mesmo ofício; bem como a possibilidade de conciliação da atividade produtiva com as atividades de reprodução. Espera-se que a pesquisa empírica possa corroborar ou não com a confirmação destas hipóteses.

Conclusões

Conclui-se que o trabalho informal realizado em domicílio pelas costureiras seria uma continuidade do trabalho de reprodução social, o que justificaria sua feminização e profunda desvalorização. Dessa forma, a comunicação, como mediadora das condições de produção e consumo do modelo de produção *fast-fashion*, mas também enquanto atividade de trabalho, contribui para esse fenômeno na medida em que contribui para a manutenção dos papéis de gênero, tanto socialmente, quanto no mundo do trabalho. É por meio da comunicação, da linguagem, que o trabalho de costura é passado de geração em geração como sendo “coisa de mulher”, que mulher “sabe fazer melhor”, “tem mais jeito para fazer”. “Um dom”. Todas estas posições que vinculam esse trabalho de costura ao trabalho de cuidado desde as formas de organização mais antigas e que se mantêm como forma estruturante da sociedade capitalista.

As contribuições dos estudos feministas aos questionamentos relacionados à desvalorização do trabalho feminino na produção têxtil se dão como forma de compreender que este fenômeno não é apenas cultural, relacionado à divisão sexual do trabalho, ou seja, à aptidão de um sexo ou outro para cada tipo de atividade, mas também economicamente necessária à reprodução do capital. Então, se como define Nancy Fraser, o capitalismo como um sistema que organiza a relação entre sistema produtivo e reprodutivo, o ambiente de trabalho das costureiras em domicílio é a própria materialização desse sistema de relações, onde pode-se observar de forma contundente em quais condições este se mantêm.

Referências

- ABREU, Alice Rangel de Paiva. **O Avesso da moda: trabalho a domicílio na indústria de confecção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1986
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo, SP: Boitempo, 2009
- GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Organização Flavia Rio, Márcia Lima – 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- FEDERICI, S. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho: Estudo de recepção: o mundo do trabalho como mediação da comunicação**. São Paulo: Anita Garibaldi/Fapesp, 2001.

FIGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: AnnaBlume, 2008.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas**. Galaxia (São Paulo, online), n. 39, set-dez., 2018, p. 177-189

FRASER, N. JAEGGI, R. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. 1ed. – São Paulo, SP: Boitempo, 2020.

HIRATA, H. KERGOAT, D. “**Os paradigmas sociológicos à luz das categorias de sexo: qual a renovação da epistemologia do trabalho?**”, in BAÇAL, S. (org) Trabalho, educação, empregabilidade e gênero. Manaus, EDUA (Editora da Universidade Federal do Amazonas), 2009, p. 173-189.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2014

MARX, K. **O Capital: crítica da econômica política: livro I**. 33ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Susan Elizabeth Martins Cesar de. **Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional: uma análise comparada das estratégias de inserção de Brasil e Canadá**. 2014. 223 f., il. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2014. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15601/1/2014_SusanElizabethMartinsCesardeOliveira.pdf. Acesso em 19/10/2020

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999. 100p.